OBSERVATÓRIO MILITAR da Praia Vermelha
http://ompv.eceme.eb.mil.br/

Cooperação e segurança regional: a contribuição da Base Industrial de Defesa para a estabilidade da América Latina e seus reflexos na agenda de política externa

Tiago Abrão Vilinga
Mestrando em Ciências Militares pelo PPGCM/ECEME.

1. Introdução

Algumas lideranças na América Latina têm impulsionado a criação de novas instituições regionais. Estas estruturas visam garantir o direito à tomada de decisões autônomas, posicionando-se em contraposição à tradicional influência norte-americana. Nesse contexto, tornou-se evidente a limitação de atores históricos, como a Organização dos Estados Americanos (OEA). O papel desta organização estava, frequentemente, vinculado ao reconhecimento dos interesses da potência hemisférica, o que resultava em pouca relevância para as urgências e necessidades dos demais membros regionais (Pedroso, 2015).

No passado, a diplomacia regional foi crucial para a região, culminando na criação de uma organização capaz de promover a cooperação e a integração entre os países sul-americanos: a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). O processo foi iniciado no ano 2000, marcado pela primeira Reunião de Chefes de Estado Sul-americanos. A organização carregava consigo, essencialmente, duas propostas centrais. A primeira, apresentada pelo então presidente do Brasil, que priorizava a construção na região de um espaço de desenvolvimento socioeconômico, prosperidade e estabilidade, dando ênfase à matéria de defesa (Idem, 2015). Já a segunda proposta, defendida pelo presidente da Venezuela, destacava o propósito de transformar a América Latina em mais um espaço de poder na nova ordem mundial, em contraposição à hegemonia norte-americana, chegando a idealizar Forças Armadas unificadas.

Ambas as visões, apesar das suas diferenças, convergiram para a necessidade de autonomia estratégica. É nesse cenário que a Base Industrial de Defesa (BID) ascende na agenda, deixando de ser vista como mero gasto militar para ser reavaliada como um ativo estratégico fundamental para a soberania e o desenvolvimento (Pedroso, 2015). Diante do exposto, cabe-nos neste trabalho afirmar que a participação de governos de cunho progressista contribuiu simbolicamente para que os países da América Latina se aliassem e começassem a discutir questões políticas de segurança regional. Embora Pedroso destaque os interesses particulares de cada país, entende-se que tais interesses também motivaram esses países a buscar a cooperação. Pois é importante destacar que muitos Estados buscam a cooperação, com vistas a atender suas próprias necessidades e objetivos.

A abordagem deste tema alinha-se diretamente com os objetivos da disciplina de Tópicos Introdutórios em Ciências Militares do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. A relevância do assunto foi reforçada pela visita de estudos estratégicos ao setor de desenvolvimento da defesa e, particularmente, à Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE), no estado de São Paulo. Naquela ocasião, a apresentação sobre o valor estratégico de uma Base Industrial de Defesa (BID) no contexto nacional e global forneceu *insights* cruciais para este trabalho. Adicionalmente, o tema é pertinente à minha pesquisa de conclusão do curso de mestrado, na qual abordo a cooperação em defesa na comunidade lusófona. Dessa forma, a construção deste artigo serviu como uma importante referência e ampliação da expertise e do conhecimento sobre o estudo da cooperação em defesa. **A tese central deste trabalho é que a BID, ao fomentar a cooperação regional e a autonomia tecnológica, contribui diretamente para a estabilidade da América Latina e fortalece a capacidade de**

negociação e influência dos países na agenda de política externa global.

Para sustentar esta tese, o artigo está estruturado em três eixos analíticos: a BID como fator de autonomia e estabilidade; o seu papel como motor de cooperação e interoperabilidade regional; e, por fim, a análise dos reflexos de sua capacidade na política externa. A conclusão sintetiza os argumentos, reforçando a importância da BID para a estabilidade duradoura da América Latina. A abordagem metodológica deste artigo é qualitativa, com foco na análise documental e bibliográfica. A pesquisa baseia-se na revisão de literatura especializada sobre o tema, incluindo artigos científicos, monografias, dissertações e teses. Para a coleta de dados, foram consultadas fontes secundárias e materiais elaborados por pesquisadores, bem como documentos oficiais que tratam sobre a importância da BID no Brasil e no mundo. Com base na metodologia e no referencial teórico estabelecidos, o passo seguinte do estudo concentra-se em analisar o papel da Base Industrial de Defesa como fator de autonomia estratégica e de estabilidade.

2. A BID como Fator de Autonomia Estratégica e Estabilidade

Inicialmente é fundamental apresentar o conceito da Base Industrial de Defesa (BID), um elemento-chave para a defesa e a soberania nacional de um país. Quanto à sua importância, ela contribui significativamente para o desenvolvimento local, bem como regional. Seus benefícios primários incluem a geração de renda e emprego em áreas estratégicas. De acordo com França (2020), a BID é definida como um conjunto de organizações estatais e privadas, civis e militares, que realizam ou conduzem pesquisas, projetos, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de produtos de defesa (PRODE) no País. É essencial destacar a sua natureza de dupla finalidade (uso dual ou *dual use*): a BID não atende apenas à demanda militar, mas também amplia sua aplicação para o setor civil, fortalecendo a economia e a autonomia do país em tecnologia essencial. A abrangência do impacto da BID se manifesta em diversas frentes de atuação estatal, essenciais para a autonomia estratégica.

Segundo Pedroso (2015, p. 16), seu contributo se aplica em áreas como: o desenvolvimento científico; a regulamentação do setor; a competitividade da BID, visando à exportação; o papel do Estado como facilitador na busca de novos mercados; o Estado como financiador de novas tecnologias e criador de demanda por meio de seu poder de compra; e a priorização da interoperabilidade de tecnologia entre as Forças Armadas no que for possível. Essa visão é corroborada por França (2020), que explica a relevância estratégica da BID para a nação por meio dos seguintes motivos: seus produtos e serviços possuem elevado conteúdo tecnológico, com reflexos positivos em toda a cadeia produtiva. Como a Defesa é uma questão de soberania nacional, há a necessidade de ser enquadrada como Política de Estado, exigindo estabilidade de construção e execução no longo prazo. Por fim, como a produção desses bens e serviços exige profissionais com excelente formação e bem remunerados, induz-se a formação de um corpo técnico altamente qualificado no País.

Dessa forma, o fortalecimento da BID está intrinsecamente ligado à capacidade de defesa autônoma por parte de um Estado. Ao possuir as instalações industriais e os conhecimentos tecnológicos capazes de efetivamente produzir e utilizar os bens necessários para a Defesa Nacional, assegura-se um elemento fundamental para a capacidade de mobilização e resposta. A BID, portanto, se eleva como pilar central garantidor de uma diplomacia ativa e soberana (França, 2020 *apud* Ambroz, 2017). Uma vez estabelecida a relação entre a Base Industrial de Defesa e a autonomia estratégica, o próximo passo do estudo concentra-se na cooperação regional.

3. O Eixo da Cooperação Regional: BID, Interoperabilidade e Mecanismos de Confiança

O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), um mecanismo crucial da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), atua como o principal

instrumento para fomentar o intercâmbio e a segurança na região. Seus objetivos são amplos, abrangendo desde a elaboração de políticas de defesa conjunta e a troca de análises sobre cenários mundiais, até a implementação de medidas de fomento à confiança recíproca e a coordenação de ajuda em zonas de desastres naturais. Embora o CDS não se constitua uma aliança militar convencional, como a OTAN, ele exige coordenação militar regional por meio de decisões acordadas por consenso entre os ministros da área de defesa (GOVERNO DO BRASIL, 2024, p. 1).

A relevância do CDS para a tese da Base Industrial de Defesa (BID) reside na sua estrutura programática. O Plano de Ação, como o aprovado para o ano de 2013, evidencia a prioridade dada à integração da BID, destinando eixos específicos à "Tecnologia da Defesa, Formação e Capacitação" e à "Integração de Bases Industriais de Material Bélico". Essa institucionalização demonstra que a cooperação em defesa na América do Sul está intrinsecamente ligada à capacidade tecnológica e produtiva dos países. Adicionalmente, as ações do CDS concretizam o conceito de interoperabilidade. A criação de grupos de trabalho para a construção de um mecanismo de resposta a desastres naturais, por exemplo, exige o aperfeiçoamento da cooperação militar em ações humanitárias e o intercâmbio de experiências. Tais iniciativas demandam a compatibilidade de equipamentos e logística, consolidando a BID como a base material para a estabilidade e a coesão regional (GOVERNO DO BRASIL, 2024).

Em última análise, a institucionalização da defesa, por meio do Conselho de Defesa Sul-Americano, demonstra que a capacidade industrial é o alicerce material da cooperação regional. Ao promover a interoperabilidade, o compartilhamento de expertise e os mecanismos de confiança recíproca entre as nações, a Base Industrial de Defesa (BID) transcende sua função meramente fabril-militar. Ela consolida uma cultura de segurança coletiva e, por consequência, fortalece a posição dos países latino-americanos no cenário global. Assim, a autonomia e a coordenação regional alcançadas internamente se projetam como elementos de poder no plano internacional, influenciando diretamente a agenda de política externa da região.

4. Os Reflexos na Agenda de Política Externa

A Base Industrial de Defesa (BID) dedica-se à ampliação da sua participação em mercados externos. No entanto, o setor enfrenta diversos desafios, como a falta de apoio governamental significativo às empresas, a desfavorabilidade da taxa de câmbio e a escassez na obtenção de crédito. Somam-se a isso as barreiras técnicas de potenciais países compradores, preços pouco competitivos e altos custos portuários e aeroportuários. Por fim, as suas vendas no mercado internacional só são possíveis com a intermediação de agentes governamentais do país de origem, além de diplomatas e adidos militares (Filho, 2017).

A projeção do poder latino-americano no cenário global manifesta-se em diversas frentes de segurança. Enquanto a Base Industrial de Defesa (BID) projeta o poder brando (*Soft Power*) dos países da América Latina por meio da exportação de sua tecnologia, a complexidade da agenda de segurança externa é evidenciada pelo desafio do crime transnacional, que exige a mobilização de atores não militares. Um reflexo disso é a recém-criada Aliança para Segurança, Justiça e Desenvolvimento, liderada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo objetivo é fortalecer as instituições de segurança e justiça. Este movimento sublinha que a política externa de segurança regional vai além do escopo tradicional da defesa, incorporando o papel crucial dos bancos multilaterais e da cooperação em combate ao crime (GOVERNO DO BRASIL, 2024).

Contudo, o impacto mais significativo e estratégico da Base Industrial de Defesa na política externa reside no seu efeito direto sobre o poder de barganha e a autonomia diplomática das nações. Ao deter o domínio sobre a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de equipamentos sensíveis, os países latino-americanos reduzem drasticamente sua dependência de fornecedores externos e de potências hegemônicas. Essa autonomia tecnológica é um elemento de projeção internacional, pois confere maior legitimidade regional em fóruns globais sobre

segurança, desarmamento e tecnologia. Dessa forma, a capacidade de produção própria permite que a América Latina atue como um parceiro mais equilibrado e influente, e não apenas como um mercado consumidor de defesa. Nesta análise final, o Brasil ergue-se como o principal condutor dessa projeção de poder. Detentor da mais robusta e diversificada Base Industrial de Defesa (BID) da América Latina, o país não apenas garante sua autonomia estratégica, mas também atua como fornecedor de tecnologia e parceiro de treinamento para nações vizinhas e em outras regiões do Sul Global. A exportação brasileira de material de defesa, como aeronaves ou veículos leves, é uma ferramenta de diplomacia de defesa que estabelece laços políticos e econômicos duradouros. Ao consolidar a Base Industrial de Defesa como um ativo de política externa, o Brasil exemplifica como o domínio tecnológico se traduz em maior poder de negociação no cenário internacional e fortalece a legitimidade da região para pautar temas globais (idem, 2024).

5. Conclusão

A análise realizada comprovou, de forma explícita, que a Base Industrial de Defesa (BID) da América Latina supera o seu papel militar convencional, consolidando-se como um ativo estratégico multifacetado para a segurança, a estabilidade e a política externa regional. A reformulação da BID representa investimento em soberania, e é essencial para a compreensão do seu impacto em nível regional e mundial. O trabalho definiu que o desenvolvimento da BID é o pilar da emancipação estratégica. Ao controlar a pesquisa e a produção de alta tecnologia, utilizando seu potencial de uso dual (*dual use*), os países reduzem a dependência de fornecedores externos e de potências hegemônicas. Isso garante agilidade nas atividades operacionais e fortalece a diplomacia soberana. A institucionalização da defesa por meio do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da UNASUL demonstra que a capacidade industrial é o eixo material da cooperação regional.

Em suma, a integração da BID promove o equilíbrio e reforça os laços de confiança mútua, abrindo caminho para uma cultura de segurança coletiva e associada. Assim sendo, a projeção dessa capacidade externa se traduz em poder brando e, principalmente, em poder de barganha no cenário global. O Brasil, com a sua BID robusta, demonstra como o domínio tecnológico converte-se em legitimidade e influência em fóruns internacionais. Isso permite que a América Latina atue como um parceiro mais equilibrado e influente, e não apenas como um mercado consumidor de defesa. Conclui-se, portanto, que o investimento contínuo e a coordenação regional da Base Industrial de Defesa são imprescindíveis para a consolidação de uma estabilidade duradoura na América Latina. Ao afirmar a soberania e aumentar a capacidade de negociação internacional, a Base Industrial de Defesa não é somente uma ferramenta de defesa, mas também um mecanismo fundamental da política externa e do desenvolvimento que assegura a condição da região no tabuleiro global.

Rio de Janeiro - RJ, 07 de outubro de 2026.

Referências Bibliográficas

FILHO, Edison Benedito da Silva. **Base Industrial de Defesa do Brasil**: notas para uma estratégia de promoção de exportações. Boletim de Economia e Política Internacional, Rio de Janeiro, n. 23, maio/ago. 2017. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/60ca2d3f-37cb-4062-8963-b962ff3dff33/content. Acesso em: 20 out. 2025.

FRANÇA, Leopoldo Orsini de Castro. **Base Industrial de Defesa**: contribuições das Políticas de Financiamento do BNDES para o seu desenvolvimento. 2020. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOVERNO DO BRASIL. **Conselho de Defesa Sul Americano. 2024.** Disponível em: **https://www.sgb.gov.br/conselho-de-defesa-sul-americano-cds.** Acesso em: 23 set. 2025.

PEDROSO, Caroline Siebert. **Segurança na América do Sul: Posições de Brasil e Venezuela no âmbito da Unasul.** In: THOMAZ, L. F.; MATHIAS, S. K.; OLIVEIRA, M. F. D. (org.). Diálogos sul-americanos: 10 anos da política exterior. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 93-113. DOI: 10.36311/2015.978-85-7983-594-093-11.